



EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO - INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO PROCESSUAL - INTELIGÊNCIA DO ART. 13 DO CPC - NÃO ATENDIMENTO - PRELIMINAR SUSCITADA DE OFÍCIO - POSSIBILIDADE - PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

-Para a parte postular em juízo e ter seu pedido analisado em sede meritória, deve ser validamente representada por advogado regularmente constituído, sendo que tal defeito acarreta a nulidade do processo, a teor da regra expressa no artigo 13 c/c 267, IV ambos do CPC.

-A irregularidade de representação nos autos indica a falta de pressuposto processual exigido para a constituição da relação jurídica de direito material válida, e leva à decretação da nulidade do processo, com a conseqüente extinção do feito sem resolução do mérito.

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 11ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em acolher a preliminar suscitada de ofício de irregularidade na representação processual, julgando extinto o feito, sem resolução de mérito.

DES. WANDERLEY PAIVA
RELATOR.



DES. WANDERLEY PAIVA (RELATOR)

V O T O

Trata-se de apelação interposta em face da sentença de fls. 63/65, proferida pelo MM. Juiz Eduardo Soares de Araújo da 2ª Vara Cível da Comarca de Andradas que, nos autos da ação de cobrança proposta por D.D.O. em face de Seguradora P.S.S., julgou improcedente o pedido inicial, nos termos do art. 269, I do CPC.

Em razão da sucumbência, condenou o autor ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R\$750,00, restando, contudo, suspensão a exigibilidade nos termos da Lei nº. 1060/50.

Inconformado com a sentença proferida, o autor interpôs recurso de apelação, fls. 67/82, sustentando, em suma, que em decorrência do falecimento de seu pai em 06/12/2010, em virtude de acidente automobilístico recebeu, à título de seguro DPVAT apenas a quantia de R\$13.500,00. Aduziu que o correto seria o recebimento de 40 salários mínimos, nos exatos termos do art. 3º, IV, alínea 'a' da Lei nº. 6.194/74, razão pela qual, pugnou pelo recebimento da diferença. Com tais considerações, pugnou pelo provimento do apelo, com a consequente reforma da decisão proferida.

Ausente de preparo, por estar o autor/apelante litigando sob o pálio da assistência judiciária gratuita, fls. 32.



Apelação Cível

Intimada, a seguradora ré apresentou contrarrazões, fls. 84/96, pugnando pela manutenção da decisão proferida.

Despacho exarado às fls. 101 intimando o autor/apelante para regularizar sua representação processual, já que não constam dos autos instrumento de mandato.

Apesar de devidamente intimado, o autor optou por deixar transcorrer *in albis* o prazo assinalado, cf. certidão de fls. 104.

Às fls. 106, foi proferido novo despacho determinando a intimação do apelante, por carta com AR, para cumprir o despacho retro, sob pena de extinção do feito, sem resolução de mérito, o que, uma vez mais não foi cumprido, nos termos da certidão de fls. 113.

Em virtude do noticiado, foi determinada a intimação pessoal do autor, para informar se os advogados constantes dos autos são seus procuradores, fls. 114.

Certidão do i. Meirinho, fls. 118 verso, informando que conversou com o autor e este informou que desconhece os advogados apontados, bem como não se recorda de ação por ele proposta em face da requerida.

Concedido vista aos advogados sobre a referida certidão, fls. 124, os mesmos se mantiveram inertes, cf. 126.

É, em suma, o relatório.

Antes de adentrarmos ao cerne da questão, imperioso se faz analisar os pressupostos processuais.



Apelação Cível

Compulsando os autos de forma detida, verifica-se que não consta qualquer procuração do autor outorgando poderes aos i. advogados que assinaram a peça de ingresso, bem como as demais manifestações dos autos, assim como a presente peça recursal.

Dessa forma, não havendo procuração nos autos, não é possível a propositura de ações, assinar petições, peças recursais, etc.

Pois bem.

Sabe-se que a representação processual constitui o meio legal para que alguém possa agir, judicialmente, em nome alheio, erigindo a regularidade de representação da parte como pressuposto processual de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.

Assim, para a parte postular em juízo e ter seu pedido analisado em sede meritória, deve ser validamente representada por advogado regularmente constituído, sendo que tal defeito acarreta a nulidade do processo, a teor da regra expressa no artigo 13 do CPC, e, se não sanado, a incidência do artigo 267, IV, do mesmo diploma legal, ou seja, extinção do processo sem julgamento de mérito.

O nobre doutrinador Humberto Theodoro Júnior esclarece que:

"A capacidade de postulação em nosso sistema processual compete exclusivamente aos advogados, de modo que é obrigatória a representação da parte em juízo por advogado legalmente habilitado (art. 36). Trata-se de pressuposto



Apelação Cível

processual, cuja inobservância conduz à nulidade do processo... Para que o advogado represente a parte no processo, há de estar investido de poderes adequados, que devem ser outorgados por mandato escrito, público ou particular (art. 38)" (Curso de Direito Processual Civil, I/100, 294).

Tratando-se de pressuposto de validade da relação processual, deve ser verificada até mesmo de ofício, e a qualquer tempo e grau de jurisdição, *in verbis*:

"A falta de mandato regular do advogado do recorrente pode ser apreciada de ofício, acarretando o não-conhecimento do recurso". (STF-RT 683/225, apud THEOTONIO NEGRÃO, em seu "Código de Processo Civil e legislação processual em vigor", Saraiva, 30ª edição, 1999, pág. 138).

"A representação das partes em juízo é pressuposto processual de validade (CPC, art. 267, IV), de sorte que o juiz deve examiná-la de ofício, procedendo da forma determinada pelo CPC, art. 13. Não sanada a incapacidade processual da parte ou sua representação irregular, o juiz deverá extinguir o processo se debitada ao autor (CPC, 267, IV), ou declarar revel o réu se a este cabia regularizá-la (CPC, art. 13, II). Deve ser examinada pelo juiz ou tribunal,



de ofício, a qualquer tempo e grau de jurisdição, não sendo suscetível de preclusão." (CPC, 267, VI e § 3º, 301, VIII e § 4º (Código de Processo Civil Comentado, Revista dos Tribunais, 10ª edição, 2007, p. 201).

No presente caso, o autor não apresentou em sua peça inicial procuração dos i. advogados signatários.

Não obstante a intimação, às fls. 101 e reiterada às fls. 106, 114 e 124, para que regularizasse a representação processual, não o fez, não havendo, portanto, o autor capacidade postulatória para estar em juízo.

Diante disso, não tendo o despacho sido cumprido, e cabendo tal providência ao autor/apelante, não resta outra alternativa, a não ser decretar a nulidade do processo e a sua extinção sem exame do mérito.

A irregularidade de representação nos autos indica a falta de pressuposto processual exigido para a constituição da relação jurídica de direito material válida, e pode levar à decretação da nulidade do processo, nos termos do art. 13, I do CPC.

Este é o entendimento jurisprudencial:

EMENTA: AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - INSTRUMENTO DE MANDATO - IRREGULARIDADE -



INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO - REITERAÇÃO - DESATENDIMENTO - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.- Ausente do processo regular instrumento de mandato e, se foi oportunizada à parte apelante, por mais de uma vez, a possibilidade de regularização de sua representação processual, não tendo a mesma assim procedido, impõe-se o não conhecimento do apelo, porquanto a lei exige que a parte esteja representada em juízo por quem tenha capacidade postulatória. (TJMG - Ap. Cível nº. 1.0210.08.055619-9/001 - 9ª CC - Rel. Osmando Almeida - J. 11/05/2010)

EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA. INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO. AUSÊNCIA. REPRESENTAÇÃO INEXISTENTE. A representação da parte formalizada por mandato escrito conferido ao advogado legalmente habilitado e juntado aos autos é pressuposto subjetivo de existência válida e eficaz do processo. (TJMG - Ap. Cível nº. 1.0145.07.425719-0/001 - 11ª CC - Rel. Duarte de Paula - J. 20/08/2008)

"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - AUSÊNCIA DO INSTRUMENTO DE MANDATO NOS AUTOS - RECURSO INEXISTENTE - EXTINÇÃO DO FEITO - ART. 267, IV, §3º, DO CPC. - Extingue-se, com fundamento no artigo 267, IV, §3º, do Código de Processo Civil, o processo iniciado por



petição subscrita por advogado que não detém procuração nos autos. - A ausência do instrumento do mandato outorgado ao advogado que assina a petição de recurso conduz ao seu não conhecimento. - O Tribunal deve reexaminar a matéria constante do inciso IV do art. 267 do Código de Processo Civil, ainda que sobre tal assunto as partes não tenham se manifestado, e mesmo diante de sentença proferida pelo juízo a quo, por força do disposto no §3º do mesmo artigo. - Irregularidade de representação não é o mesmo que ausência de representação. Não se regulariza o que não existe" (Apelação Cível 2.0000.00.363029-1/000, Relator Des. Gouvêa Rios, p. 02/11/02).

PROCESSUAL CIVIL - INCAPACIDADE POSTULATÓRIA - PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO - IRREGULARIDADE NÃO SANADA - PRECLUSÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ARTS 13 E 37 DO CPC - INTERPRETAÇÃO. - A falta ou o defeito na representação processual da parte é vício sanável, conforme preceitua o art. 13 do CPC. Ocorre a preclusão quando à parte é dada a oportunidade de regularizar sua representação em juízo e a mesma não o faz dentro do prazo estabelecido. Precedentes. - Recurso especial improvido.(REsp 585.146/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/08/2005, DJ 29/08/2005 p. 261).



APELAÇÃO CÍVEL. IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. - A representação constitui pressuposto de validade da relação processual, devendo o magistrado examiná-la de ofício. Não sanada a irregularidade pelo autor, o processo deverá ser extinto, sem resolução de mérito. (TJMG, 16ª Câmara Cível, Apelação n. 1.0687.08.061473-2/001, Rel. Des. Wagner Wilson, p. 12/12/2008).

O manejo de recurso por advogado sem procuração nos autos denota irregularidade na representação processual da parte. Uma vez intimada para a regularização do feito e persistindo a situação irregular o não conhecimento do recurso é medida impositiva" (TJMG, Agravo nº 1.0400.05.015950-0/002, rel. Des. Maria Elza, DJ 09/08/2007).

Por derradeiro, *data venia*, ao meu aviso, é lamentável e deplorável que ainda a valorosa classe dos advogados ter em seus quadros e inscritos profissionais deste naipe, que postulam em juízo sem instrumento de mandato, em nome alheio, ação de cobrança de DPVAT já paga, *ex vi* do alvará de fls. 47, o que nos leva a crer e reafirmar o nosso posicionamento, com redobrada *venia*, da máfia do DPVAT.



Finalmente, cumpre registrar que diante da certidão do i. Oficial de Justiça às fls. 118 verso, tenho que o caso em análise merece maiores apurações já que os advogados que subscritaram a peça de ingresso, bem como o recurso de apelação nunca possuíram poderes para representar o autor em juízo o que configura, em tese, como crime previsto nos art. 299, 347 e 355 do Código Penal, além de infração disciplinar contida no art. 34 e seguintes do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, já que os r. advogados declararam, de forma falsa, que eram procuradores do autor, sendo que em conversa com o i. Meirinho, o autor aduziu que desconhece os advogados indicados, fls. 118 verso.

Com tais considerações, não tendo sido sanada a irregularidade processual no prazo assinalado e, tratando-se de pressuposto válido e regular do processo, patente é a extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, IV, c/c artigo 13, ambos do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, em razão da ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido, **de ofício, julgo extinto o feito, sem resolução de mérito**, nos termos do art. 267, IV c/c art.13 do CPC.

Tendo em vista que foram os aludidos procuradores, Drs. D.J.N, M.P.G e G.A., que deram causa ao ajuizamento da ação tendo, inclusive pleiteado pela concessão de justiça gratuita sem declaração do autor, em nome alheio, entendo que mencionados advogados devem arcar com o pagamento das custas processuais, inclusive recursais, taxas e emolumentos, bem como honorários advocatícios aos i. patronos do



Apelação Cível

requerido que, nos termos do art. 20, §4º do CPC, fixo em R\$1.000,00 (hum mil reais).

Após o trânsito em julgado, determino que se remeta cópia de todo o processado à Ordem dos Advogados do Brasil, seções Minas Gerais e São Paulo, OAB Federal, bem como ao Ministério Público Criminal de Andradas, ao Chefe da Polícia de Minas Gerais e ao Superintendente da Polícia Federal de Minas Gerais, eis que o meu aviso, pelo menos em tese, os advogados D.J.N, M.P.G e G.A., cometeram o delito do tipo descrito no artigo 299, 347 e 355 do Codex Repressivo, além de infração disciplinar contida no art. 34 e seguintes do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do teor da decertidão de fls. 118 verso.

DES. ALEXANDRE SANTIAGO (REVISOR) - De acordo com o(a) Relator(a).

DESA. MARIZA DE MELO PORTO - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "Súmula: Acolher a preliminar suscitada de ofício de irregularidade na representação processual, julgando extinto o feito, sem resolução de mérito."